



Em uma certa manhã de Brasília, antes de o governo perceber...

... TEMER E CUNHA DESENCADearAM UMA SÉRIE DE FATOS E FACTOIDES: A CARTA DO VICE-PRESIDENTE, A SAÍDA DE ELISEU PADILHA (À DIREITA) DO MINISTÉRIO...



# JUNTOS E MISTURADOS

COMO EDUARDO CUNHA E MICHEL TEMER SE UNIRAM A FAVOR DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

por ANDRÉ BARROCAL\*





... A DESTITUIÇÃO DE PICCIANI (ABAIXO) DA LIDERANÇA DO PMDB E A NOMEAÇÃO DE QUINTÃO (ACIMA)...

... E O AFASTAMENTO DE PINATO DA RELATORIA DO PROCESSO NO CONSELHO DE ÉTICA

RESTA SABER O QUANTO JORGE ZELADA (CENTRO), EX-DIRETOR DA PETROBRAS PRESO PELA OPERAÇÃO LAVA JATO, É O ELO A UNIR OS DOIS PEEMEDEBISTAS

EVARISTO SA/AFIP, DIDA SAMPAIO/ESTADÃO CONTEÚDO, ANTONIO CRUZ/ABR, PAULO LISBOA/BRAZIL PHOTO PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO E MICHEL FILHO/AG. O GLOBO

**A** HISTÓRIA repete-se como farsa. Em 2005, quando o chamado “mensalão” explodiu no colo do governo Lula, o então vice-presidente José Alencar rechaçou todos os assédios para embarcar em uma aventura contra o companheiro de chapa. “Entrei com o presidente Lula no governo”, afirmava Alencar. “E vou sair junto com ele.” Dez anos depois, o *impeachment* tornou-se uma batalha real para Dilma Rousseff, mas ela não tem a seu lado um vice como Alencar. Ao contrário. Nos últimos dias, Michel Temer deu sinais inequívocos ao mundo de que, entre a presi-

dentae o correligionário Eduardo Cunha, prefere o colega de partido. Mais até. Seus gestos deram respaldo a uma *blitzkrieg* para minar o apoio a Dilma no PMDB e algumas legendas da base aliada.

Tudo começou com a carta ressentida tornada pública na segunda-feira 7. Na missiva, Temer reclamou ser um vice “decorativo” e acusa Dilma de não confiar nele ou no PMDB. Ao longo de umas tantas linhas, destila seu rancor por causa da demissão de ministros que ele indicou, de seu afastamento da coordenação política, do fato de ter sido excluído de compromissos oficiais, especialmente das reuniões com Joe Biden, vice-presidente dos Estados Unidos, e da relação direta estabelecida pelo Palácio do Planalto com Leonardo Picciani, agora ex-líder da bancada

peemedebista na Câmara dos Deputados.

Entende-se a mágoa do vice em certos aspectos, não a reação a elas, principalmente em um momento tão crucial da história do País. Quando a carta chegou às mãos de Dilma Rousseff, por volta das 10 da noite da segunda 7, cópias já circulavam entre jornalistas. Temer estava irritado com a insistência da presidenta de repetir em entrevistas que confiava em sua lealdade.

A missiva dá pistas do motivo de o vice não se animar a defendê-la. Já a dobradiça com o presidente da Câmara é uma história mais complexa. Peemedebistas no Senado apontam uma sintonia antiga entre Temer e Cunha. No Planalto firma-se idêntica interpretação. De 2007 a 2010, o presidenciável Ciro Gomes, do PDT, foi





deputado na mesma legislatura que a dupla. Temer presidiu a Câmara em 2009 e 2010 e, segundo o pedetista, estabeleceu uma parceria estreita com Cunha. O hoje vice-presidente incluiria em medidas provisórias “emendas ilegais para gerar privilégios a grupos econômicos, dos quais eles tomavam dinheiro”. Essa ligação, aponta Gomes em entrevista à página 30, explica a decisão de Cunha em arrolar Temer como testemunha de defesa em um processo movido contra ele (à época, o presidencialável chamou textualmente Cunha de ladrão).

O vice desempenhou papel importante no triunfo de Cunha na eleição à presidência da Câmara, em fevereiro, contra a vontade do Palácio do Planalto, que apoiava o petista Arlindo Chinaglia. Como presidente do PMDB, Temer articulou uma declaração formal de apoio do partido ao correligionário. Um inédito gesto de coesão peemedebista em 15 anos, não deixaram de anotar jornalistas. Uma testemunha das articulações naquele momento diz que o vice sugeriu à presidenta ser cuidadosa no embate com Cunha. Parecia, lembra essa fonte, achá-lo perigoso.

Que perigo o presidente da Câmara representaria? Quando resolveu romper

com o governo Dilma em meados do ano, após um lobista declarar à Justiça que ele fora beneficiário de uma propina de 5 milhões de dólares em troca de contratos na Petrobras, Cunha antes se reuniu com Temer e Renan Calheiros, presidente do Senado. O encontro deu-se na base aérea de Brasília, em 16 de julho. Convencido de ser alvo de uma trama palaciana, Cunha tentou persuadir os dois peemedebistas a igualmente abandonar a nau governista. Para constranger o vice, teria citado o nome de Jorge Zelada, ex-diretor da estatal preso pela Operação Lava Jato que supostamente seria o calcanhar de aquiles do colega. Temer, consta, respondeu em tom duro. O executivo seria um problema do próprio Cunha e do falecido deputado Fernando Diniz, do PMDB mineiro.

Zelada dirigiu a área internacional da Petrobras entre 2008 e 2012, sob as bênçãos políticas dos próceres peemedebistas. Está na cadeia desde julho. O Ministério Público Federal pede sua condenação por corrupção e lavagem de dinheiro. Na gravação que provocou sua recente prisão, o senador petista Delcídio do Amaral liga o vice ao ex-diretor. “O Michel conversou com o Gilmar (*Mendes, ministro do STF*) também, porque o Michel tá muito preocupado com o Zelada.”

Em nota, Temer repudiou “veementemente as declarações do senador”.

**M**anter o vice na trincheira contra o *impeachment* seria útil ao governo. O peemedebista não é apenas um político experiente. Também transita confortavelmente pela oposição e pelo empresariado paulista e domina os meandros do Direito Constitucional. O problema, avalia um conselheiro presidencial, seria a impossibilidade de Temer abandonar Cunha. Já um aliado do vice afirma que ele discorda da estratégia traçada pelos assessores diretos de Dilma e não quer ser arrastado junto no erro. Tal estratégia poderia ser resumida da seguinte maneira: insistir no fato de que o processo aberto e conduzido por um revanchista acusado de corrupção é ilegítimo e não passa de manobra do presidente da Câmara para escapar da cassação. Ainda segundo tal aliado, essa linha de defesa o colocaria contra o aliado e racharia o PMDB e o País no momento em que seria necessário apostar na união geral.

Temer inclina-se a favor de Cunha desde as primeiras horas da abertura do processo de *impeachment*. Um dia após a engrenagem de a cassação ser disparada,





conversou com a presidenta no Palácio do Planalto. Relatos do diálogo chegaram à internet, por intermédio de assessores dilmistas. O vice estaria disposto a entrar na defesa jurídica da mandatária era a mensagem. Como tem sido praxe nessa guerra de nervos, assessores do peemedebista apressaram-se a negar a versão. Temer, afirmaram, teria defendido uma postura institucional do governo na relação com a

Câmara, sem duelos pessoais com Cunha.

Horas depois, novo choque de versões. Em entrevista após a reunião da presidenta com ministros, o chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, disse ter “absoluta convicção de que ele (Temer) acha, como nós, que não há nenhum lastro para esse processo de *impeachment*”. Na sequência, o vice fez chegar ao jornal *O Globo* a seguinte declaração: “Não disse isso em momento algum da minha conversa com a presidente”. Na segunda 7, ao mesmo jornal, foi mais direto: “O acolhimento do pedido de *impeachment* tem lastro jurídico”.

**D**uas manobras de Cunha deram mais uma oportunidade de Temer mostrar de que lado está. E ele não decepcionou. São inúmeras as impressões digitais do vice na montagem de uma comissão especial do *impeachment* dominada pela oposição e na destituição do carioca Picciani da liderança do PMDB na Câmara. Duas artimanhas prejudiciais à presidenta, embora ainda passíveis de reversão.

Para a comissão especial ter um viés favorável à cassação, o presidente da Câmara decidiu de forma autocrática atropelar

o acordo de líderes e estabelecer uma eleição entre duas chapas no plenário da Casa. Foi além. Em uma iniciativa contestada, optou pela votação fechada, convite à traição da base aliada e proteção aos ressentidos com o governo. Na oposição, delírio. No Palácio do Planalto, fim da esperança de ver a formação de uma comissão “governista”. Restava a Dilma, após aquela noite, torcer por uma intervenção do Supremo Tribunal Federal. Mas nem diante da flagrante manipulação de Cunha, Temer recuou. Entendeu ter havido o “exercício legítimo da competência” da Câmara.

Desanimados após o anúncio da votação secreta, os articuladores do governo pouco se empenharam para vencer a disputa no voto, conforme relatos de deputados governistas. Após uma tumultuada sessão, o placar final registrou 272 contra 199 a favor da chapa pró-*impeachment* armada por Cunha e pela oposição. Boas e más notícias para todos. PSDB, DEM, PPS e seus satélites festejaram o controle da comissão, mas perceberam a falta de 70 adesões para emplacar o processo contra a presidenta no Plenário, enquanto o Palácio respirou com alívio o fato de ainda contar com, no mínimo, 27 votos além do necessário para barrá-lo.

A alegria de Cunha e da oposição durou menos ainda. Antes do fim da terça 8, o ministro Luiz Fachin, do STF, concedeu

## No Congresso e na Justiça

EVARISTO SAIAF, FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR, ANTONIO CRUZI/ABR, NELSON JR./STF E ANDRÉ COELHO/AG, O GLOBO



O MINISTRO LUIZ FACHIN, DO SUPREMO, SUSPENDEU A DECISÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS QUE APROVOU UMA COMISSÃO COM VIÉS PRÓ-IMPEACHMENT...

...MAS NINGUÉM AINDA INTERFERIU PARA EVITAR AS MANOBRAS PROTELATÓRIAS DE CUNHA NO CONSELHO DE ÉTICA DA CASA





uma liminar para barrar o avanço da comissão. Nenhuma decisão poderá ser tomada até o tribunal julgar o rito do processo na quarta-feira 16. A liminar foi concedida a uma ação do PCdoB que aponta contradições no andamento do *impeachment*. A Constituição e a Lei nº 1.079, de 1950, que trata de crimes de responsabilidade, teriam determinações conflitantes. O PCdoB quer que o STF desfaça as dúvidas. Quando Collor foi deposto em 1992, não houve ações do tipo. Para o ex-presidente da OAB do Rio Wadih Damous, hoje deputado pelo PT, a cassação de Collor seguiu um roteiro irregular.

**A**liados de Temer, ministros e deputados são unânimes: a eleição da comissão especial foi influenciada pelo afastamento entre a presidenta e seu vice. Alguns governistas entusiasmaram-se com a carta. A missiva seria a prova definitiva de que ele cobiça a Presidência da República, suspeita corrente há tempos, dados os sinais do peemedebista. Durante uma crise em Brasília, Temer apontou a necessidade de alguém com “capacidade de reunificar a todos”. Em um evento em São Paulo organizado por grupos anti-Dilma, afirmou ser difícil um governo ir até o fim com uma popularidade de 7% ou 8%. Sem contar a bênção a um documento do PMDB, espécie de programa neoliberal de governo, e a escolha de um advogado próprio para se defender na Justiça Eleitoral contra a ação proposta pelo PSDB de cassação da chapa. Desde a divulgação da carta, o Palácio do Jaburu, residência oficial do vice, virou palco de uma romaria de parlamentares favoráveis à derrubada de Dilma. Segundo um

conselheiro presidencial, o Jaburu converteu-se na sede de um governo paralelo, razão para não ser mais cabível perguntar se ainda é possível contar com Temer.

A presidenta e o vice conversaram olho no olho 48 horas depois do envio da carta. O encontro durou 45 minutos. Temer foi ao encontro ciente do teor duro da missiva e disposto a dizer que tudo não passou de um desabafo, feito com o coração, e não uma declaração de ruptu-

**NOS ÚLTIMOS DIAS,  
TEMER DEU TODOS  
OS SINAIS DE QUE  
MANTERÁ DISTÂNCIA  
DE DILMA ROUSSEFF**

ra. Ela em nota oficial e ele em breve declaração a jornalistas prometeram que daqui em diante vão manter uma relação institucional. Casamento de aparências, resume uma autoridade. O vice parece destinado a dormir na sala, caso Dilma sobreviva ao *impeachment*. Ele não estaria preocupado, porém, pois a relação fria e distante manteria o isolamento que acredita experimentar há cinco anos.

Se achava ter feito uma jogada políti-

ca esperta, Temer enganou-se. Na quinta-feira 10, o peemedebista foi recebido em Porto Alegre por um coro de “golpista”. Entre os senadores do partido, polo de poder importante, viceja a impressão de que o vice errou. Em público, Renan Calheiros negou o ombro ao correligionário. “Não é um documento coletivo, partidário, político. É pessoal.”

**V**ice-governador paulista entre 2007 e 2010, Cláudio Lembo acredita que o cargo de vice-presidente da República nem deveria existir. Em caso de *impeachment*, acredita, o melhor seria convocar novas eleições. “É um cargo de sofrimento contínuo, precisa ter equilíbrio emocional total, para não se sentir menosprezado”, diz Lembo, autor de um parecer contrário à cassação. “O Temer tem sido envolvido pelos empresários, talvez seja a razão de querer o poder. A mosca azul é muito perigosa no Brasil.”

Na destituição de Picciani da liderança do PMDB, na quarta-feira 9, a influência de Temer foi visível. Deputados leais ao vice, entre eles Edinho Araújo, ex-ministro de Portos, e Baleia Rossi, estavam entre os signatários da destituição. Os radicais da legenda acusaram Picciani de ter indicado apenas governistas para a comissão do *impeachment*. O carioca estava com a cabeça a prêmio desde quando estabeleceu um canal direto com Dilma.

A seção fluminense do partido virou peça-chave no xadrez partidário e no futuro da presidenta. O governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e o prefeito da capital, Eduardo Paes, estão com Dilma. Pezão confrontou Temer publicamen-

